

Sindsep/MA realiza assembleia para tratar sobre ACT 2019/2020

O Sindsep/MA realiza hoje, 28, uma Assembleia por Local de Trabalho na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares no Maranhão (Ebserh-MA), a partir das 12:30h, na qual, terá como pauta: informes, ACT 2019/2020 e outros.

No próximo dia 8 de junho, a Condsef/Fenadsef, irá realizar uma plenária nacional com os trabalhadores da Ebserh, para tratar sobre o impasse no processo de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2019/2020 da categoria.

A Direção do Sindsep/MA vai se reunir amanhã, 29, para discutir os pormenores da plenária, para que assim, tome os encaminhamentos necessários para garantir a representatividade do Maranhão.

A Condsef/Fenadsef solicitou junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST) um pedido de mediação na expectativa de destravar as negociações após várias rodadas de reuniões sem consenso.

A Ebserh havia dito que daria resposta sobre o dis-

sídio até o dia 17, o que não ocorreu. Hoje, a Condsef/Fenadsef foi informada de que a Sest (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais) não teria ainda retornado a empresa e que provavelmente uma resposta deve vir entre os dias 29 e 30 desse mês. Cinco reuniões já aconteceram. Na última, realizada no início desse mês, o cenário não se alterou e a Ebserh manteve a proposta rejeitada em assembleias pela categoria.

Impasse

Além de propor um reajuste abaixo da inflação do período, de apenas 1,576%, o percentual não seria aplicado aos benefícios, como auxílio alimentação, que ficariam congelados. A empresa quer retirar ainda direitos já garantidos no ACT anterior, o que a categoria não concorda. Entre as mudanças, a Ebserh quer retirar cláusula que trata de abonos e alterar redação sobre licença para acompanhar

familiares em exames e consultas médicas.

Por todo o cenário e manutenção do impasse, a Condsef/Fenadsef orienta suas filiadas a enviar representantes dos empregados da Ebserh para participar da plenária nacional no dia 8 de junho. Além das pendências do ACT 2019/2020, a categoria deve debater os próximos passos e ações do processo de mobilização para que os impasses instalados possam ser destravados.

Com informações da Condsef.




VENHA PARA A
GREVE GERAL
14 DE JUNHO

CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

PELA REVOGAÇÃO DA EC 95 (REVOGA O TETO)

CONTRA OS CORTES NO SETOR PÚBLICO


Nenhum direito a menos



Entidades do Fórum Nacional Popular da Educação vão reforçar atos do dia 30

As entidades de compõem o Fórum Nacional Popular da Educação (FNPE) vão apoiar e participar das mobilizações em defesa da educação e contra a reforma da Previdência, convocadas pelos estudantes para a próxima quarta-feira, 30 de maio, em todo o país.

Essas pautas unificam as lutas de estudantes, professores, professoras e de todo o conjunto da classe trabalhadora contra os ataques do governo de Jair Bolsonaro (PSL), afirma o secretário Nacional de Cultura da CUT, Tino Lourenço.

O dirigente, que representa a central no FNPE, afirma que a próxima mobilização será fundamental porque “vai ser um segundo ‘esquentar’ para a greve geral do dia 14 de junho, contra a reforma da Previdência, pela educação e por mais empregos, assim como foi o **Dia Nacional de Greve da Educação, o dia 15 de maio**”.

No dia 30, a ideia é reforçar a luta contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 006/2019 da reforma da Previdência, pauta ignorada pela mídia na manifestação convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) em defesa da aposentadoria, que recebeu mais adesões depois do anúncio dos cortes.

“Nas manifestações do dia 15, a imprensa escondeu nosso protesto contra a reforma da Previdência, mas era pauta prioritária da mobilização, já que prejudica diretamente professoras e professores, que terão de trabalhar até os 60 anos para se aposentar”, afirma Tino Lourenço.

Mobilização e contra-ataque

Segundo Tino Lourenço, o dia 30 será mais uma data para mos-

trar ao governo de Bolsonaro que o povo brasileiro quer investimentos e não cortes na educação e que não quer perder o direito à aposentadoria. Mas o governo Bolsonaro contra-ataca.

“Eles até tentaram nos desmobilizar, anunciando no dia 22 a reposição de um terço do orçamento do Ministério da Educação, mas ‘nem de longe’ é suficiente”, afirma Tino, que avalia na iniciativa do governo um modo de ‘calar a boca’ do povo brasileiro.

“Não resolve a questão. Não pode ter corte nenhum. É isso é mais um motivo para fortalecer o nosso movimento em todo o Brasil contra os ataques do governo”, reforça Tino Lourenço.

Os cortes de recursos na educação atingiram todos os setores da educação. Na educação básica, a redução foi de 33%, impactando diretamente no transporte de alunos, na merenda escolar, na distribuição de livros didáticos, além da educação de jovens e adultos.

Desrespeito

Outra característica do atual governo que mostra a necessidade de a sociedade se contrapor e mostrar resistência nas ruas é a ausência de diálogo com setores da sociedade civil para o debate de temas importantes que dizem respeito a todos os brasileiros. E a educação é um deles.

Em uma audiência na Câmara dos Deputados, realizada na quarta-feira (22), convocada pelas comissões de Educação e Trabalho, e Administração e Serviço Público, o ministro da Educação, Abrahan Weintraub, se recusou a ouvir representantes da União Nacional dos Estudantes (UNE) e da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes).

Em tom de desdém, ele disse à comissão: “Eu não quero falar com a UNE nem com a Ubes. Eles não foram eleitos”. Depois de negar o diálogo, a polícia legislativa tentou tirar os estudantes do local. E como sempre, foram truculentos.

“Uma coisa é a agressão sofrida pelos estudantes a partir dos deputados da base do governo, o que é compreensível porque são ignorantes completos. Mas um ministro da Educação se recusar a ouvi-los e sair do recinto dá uma demonstração clara do que significa esse governo – é a imposição”, critica Tino Lourenço.

O Fórum

O Fórum Nacional Popular pela Educação é composto por 35 entidades da comunidade educacional brasileira, além de entidades sindicais como a CUT, a CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee) e Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra).

O FNPE é um exemplo de resistência porque surgiu para pressionar o governo a cumprir as diretrizes do Plano Nacional de Educação 2014/2024. O governo do ilegítimo Michel Temer (MDB) desmontou o Fórum Nacional da Educação (FNE).

Dessa forma ficaram inviabilizadas iniciativas como as conferências nacionais, que tinham o papel de consolidar o avanço das políticas de educação, definidas no PNE, com participação democrática da sociedade.

Fonte: CUT Nacional